

ATA N.º 4/2025

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2025:

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e cinco, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), António Manuel Prioste Salvador (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, de Atouguia da Baleia, de Ferrel e Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), Rui Emanuel Pereira Lino (PSD), Anabela Correia Dias (PS), Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Ana Filipa Vala Fialho (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Tiago Brás Correia (GCEPP), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Bruno Pinto Cruz (PSD), Natália Susana Colaço Rocha (PS), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Vânia Cristina Figueiredo dos Santos Costa Salvador (PSD), Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), José Monteiro Henriques Rocha (CDU) e João Viriato Santos Oliveira (CHEGA), reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, para continuar os trabalhos da sessão ordinária do mês de abril, iniciada a 21 de abril de 2025, concretamente os seguintes pontos:

4.º - Período da ordem do dia:

3) Discussão e autorização prévia para o investimento a realizar, no âmbito da realocação da Estrada Marginal Norte, nos termos do n.º 2, do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação;

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a aprovação da minuta do protocolo a celebrar entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e o Município de Peniche, que tem como objeto a delegação de competências referente à empreitada do projeto de minimização do risco através da realocação da Estrada Marginal Norte, em Peniche;

5) Discussão e autorização prévia para a aquisição de imóvel, sito na Marginal Norte, com o objetivo de vir a ser instalado o Museu do Mar de Peniche, nos termos do n.º 2, do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a contratação de empréstimo para a aquisição de imóvel, sito na Marginal Norte, com o objetivo de vir a ser instalado o Museu do Mar de Peniche;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a contratação de empréstimo para Reabilitação das Muralhas de Peniche - Fase II;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a prestação de contas do Município de Peniche, relativos à gerência de 2024.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e

dez minutos, encontrando-se na sala vinte e quatro dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS) compareceu no decurso da sessão, eram vinte e uma horas e vinte minutos, e passou de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), Tiago Brás Correia (GCEPP), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), Rui Emanuel Pereira Lino (PSD), Bruno Pinto Cruz (PSD) e Vânia Cristina Figueiredo dos Santos Costa Salvador (PSD), encontravam-se a substituir os senhores Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP), Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Ana João dos Santos Lima (PSD) e Margarida da Silva Martins (PSD), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Carlos Manuel Sousa Policarpo (GCEPP), David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Sara Alexandra Oliveira Nunes (GCEPP), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Miguel Nobre Leitão (GCEPP), Joana Mafalda Batista Valério (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD), Carlos Jorge Franco Luís (PSD), Rita Alexandra Santos Marçalo (PSD), Carolina Pereira Vala (PSD), Daniela Ramos Santos Ferreira (PSD), João André Carvalho Neves Silva (PSD), Jaqueline Machado Salvador (PSD), Marcelino Lourenço Pereira (PSD), Rita Alexandra Granada Mota (PSD), João Nelson de Sá Cipriano (PSD), Nuno Miguel Vala Castanheira (PSD), Quélia Filipa Esgaio Águeda (PSD), Luís Carlos Dias Pereira (PSD), Luís Filipe da Silva Cardoso (PSD), Sónia Maria Simões Jordão Abreu (PSD) e Michael Ribeiro Costa (PSD), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Emanuel de Sousa Bandeira (PSD), José Carlos Santos da Conceição (PS) e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

A sessão foi secretariada pelo Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, do Município de Peniche, Rui Vargas, coadjuvada pela Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

(continuação)

João Oliveira (CHEGA):

Apresentou, verbalmente, a seguinte declaração:

«Ex. Mos. Senhores,

À Mesa da Assembleia Municipal,

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Aos Senhores Deputados,

Ao público presente e aos cidadãos que acompanham remotamente:

Na qualidade de membro desta Assembleia Municipal, e não tendo estado presente na

última sessão ordinária, venho por este meio declarar que procedi à visualização integral da referida sessão, disponibilizada através dos canais digitais oficiais.

Após análise atenta dos trabalhos desenvolvidos, das intervenções proferidas e do registo das votações realizadas, cumpre-me afirmar, com o sentido de responsabilidade que o exercício deste mandato exige, que o eventual exercício do meu direito de voto, caso estivesse estado presente, não teria alterado o resultado final das deliberações então tomadas.

Entendo ser meu dever prestar esta informação, em nome da transparência, do rigor institucional e do respeito pelo funcionamento regular e democrático dos órgãos autárquicos.»

3) DISCUSSÃO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA O INVESTIMENTO A REALIZAR, NO ÂMBITO DA RELOCALIZAÇÃO DA ESTRADA MARGINAL NORTE, NOS TERMOS DO N.º 2, DO ARTIGO 51.º DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação do assunto.

Carlos Miguem Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Em relação ao protocolo tenho uma questão relacionada com a forma de apresentar, já pedi algumas vezes para que quando os documentos vêm para nós venham mais ricos em termos de qualidade para aferirmos um pouco a tomada de decisão. O protocolo, na Cláusula II diz: “Constitui obrigação do segundo outorgante (neste caso o Município) a execução de todas as ações necessárias à cabal realização do objeto do presente protocolo, dando cumprimento ao parecer emitido pelo primeiro outorgante (a Agência Portuguesa do Ambiente), pela comunicação com ref.ª S007297-202502-ARHTO.DRHL, de 10 de fevereiro de 2025, em anexo”. Mais uma vez não está o documento, isto é só para nós percebermos o que é que a Câmara tem de fazer, portanto, eu peço que seja junto esta comunicação e que de futuro, pelos menos os próximos autarcas que estiverem aqui na Assembleia Municipal, tenham os documentos completos.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Tratando-se de uma obra estruturante e de segurança, só pode ter o nosso apoio, portanto, todas as obras com este cariz na Assembleia Municipal só podem ser aprovadas.»

Deliberação n.º 29/2025: Após discussão e votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal deliberou, nos termos do n.º 2, artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (7), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), autorizar previamente o investimento a realizar, no âmbito da relocalização da Estrada Marginal Norte.

4) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A APROVAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A AGÊNCIA

PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P. E O MUNICÍPIO DE PENICHE, QUE TEM COMO OBJETO A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS REFERENTE À EMPREITADA DO PROJETO DE MINIMIZAÇÃO DO RISCO ATRAVÉS DA RELOCALIZAÇÃO DA ESTRADA MARGINAL NORTE, EM PENICHE:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção:

Deliberação n.º 30/2025: Submetida a proposta (n.º 548/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (7), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), aprovar a minuta do protocolo a celebrar entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e o Município de Peniche, que tem como objeto a delegação de competências referente à empreitada do projeto de minimização do risco através da realocação da Estrada Marginal Norte, em Peniche.

5) DISCUSSÃO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A AQUISIÇÃO DE IMÓVEL, SITO NA MARGINAL NORTE, COM O OBJETIVO DE VIR A SER INSTALADO O MUSEU DO MAR DE PENICHE, NOS TERMOS DO N.º 2, DO ARTIGO 51.º DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação do assunto.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Solicitou permissão para conferenciar com os representantes de cada grupo municipal.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Eu penso que é sobre este assunto que querem conversar, isto já aconteceu recentemente aqui na Assembleia Municipal e eu acho que sobre este tema, não sei qual é o problema que o senhor Presidente da Assembleia Municipal tem de colocar isto de forma clara para toda a Assembleia, porque o representante do meu partido pode ir aí e eu posso não estar de acordo com ele, se o Presidente tem uma questão a colocar deve colocá-la na Assembleia e nós aí podemos tirar os dois minutos e o representante do meu grupo já vai com a nossa orientação.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Agradeceu aos representantes dos grupos municipais pela prestimosa colaboração e agradeceu igualmente ao senhor Presidente da Câmara por ter apresentado a introdução ao ponto cinco e seis.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Já que o senhor Presidente da Mesa fez uma reunião bilateral, dê-me conta do que é que tirou nessa reunião.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse o seguinte:

«O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, tem um representante do seu grupo e pode, naturalmente, solicitar essa informação ao seu representante, de qualquer forma aquilo que nós tentámos, no fundo, analisar foi a metodologia de discussão ou não discussão deste dois pontos, se havia possibilidade da retirada deste ponto, antecipadamente, sem discussão ou se o contrário e chegámos à conclusão que todas as bancadas deveriam expor a sua posição relativamente a estes dois pontos já apresentados pelo senhor Presidente da Câmara.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Face ao exposto, eu vou fazer perguntas. As reuniões de Câmara são reuniões de pessoas muito responsáveis, tem um Presidente, um Vice-Presidente e tem cinco Vereadores, esta equipa da Câmara Municipal, mal ou bem, tomou uma decisão, nem quero estar agora a avaliar isso, tomou uma decisão e por aquilo que eu sei e penso que por aquilo que todos sabemos esta questão não foi uma questão que desuniu tanto os membros da Câmara, basta ver o resultado das votações ou então os documentos que me enviaram estão errados, é que se os documentos refletem o que se passou na votação eu pergunto o que é que se está a passar nesta Assembleia, só pode ter uma explicação, eleições autárquicas no final de setembro ou no início de outubro, só pode ser essa a discussão, eu acho de muito mau tom colocar esta questão neste momento, se os senhores Vereadores não queriam que isto viesse para a Assembleia, retiravam, chumbavam o documento em sede de Câmara, porque as forças políticas curiosamente são, tirando um exceção, as mesmas, eu acho que isto é um mau serviço para o poder local, isto é que dá origem aos extremos, isto não valoriza o poder local. Eu acho que se deve manter os pontos que estão na ordem de trabalhos e cada um que vote de acordo com a sua consciência e com a sua vontade política, porque foi a Câmara Municipal que inclusivamente tem pessoas que vão ser candidatas à presidência da Câmara que deram amém e agora temos os seus grupos políticos a dizer que não, então, mas o que é isto, há qualquer coisa que está mal, portanto, eu parto do princípio que os órgãos são diferentes, mas que as forças políticas representadas no Município são as mesmas, com uma exceção, e quem está no executivo está na Assembleia, portanto, na minha opinião, acho que se deve discutir o assunto, acho que se deve votar o assunto, cada um vota como quer, pode votar ao contrário do que os seus representantes votaram na Câmara Municipal, querem chumbar, chumba, mas devem assumir, isso é que é política, o poder local é para nos sermos pessoas como deve ser e como deve ser é defender as coisas como deve ser, eu posso estar em desacordo, mas eu vou a votos, eu perco, mas perdi no ato e é assim que deve ser o poder local, se levarem isto para outro lado, isto não é poder local, isto é outra coisa e eu não ficava bem comigo próprio se não dissesse ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu no seu lugar o que recomendava aos partidos era a fazer a discussão e a votação e depois logo se vê o resultado, era isso que devíamos fazer.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse o seguinte:

«Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador,

naturalmente, não vou fazer qualquer tipo de observação e análise relativamente à sua intervenção, mas, como sabe, isto são órgãos diferentes, com competências diferentes e tem uma gestão de reunião completamente diferente. A mesa entendeu ser necessário auscultar os representantes de grupo para esta situação em específico, aquilo que foi decidido foi o que já fiz referência anteriormente, portanto, não estamos em contradição, sempre que a mesa entender que deve chamar os representantes dos grupos municipais a analisar a situação da condução da própria reunião e dos conteúdos da agenda deve fazê-lo, isto também é a democracia e é assim que deve funcionar um órgão colegial, é isto que é ortodoxia, não é o contrário, de qualquer forma eu agradeço a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«Resta dizer apenas que, de facto, a única força política que não está em sede de Câmara representada para poder emitir qualquer parecer é esta bancada e, portanto, o facto que este tema baixe aqui à Assembleia eu penso que seja precisamente pertinente, não porque possa vir a ser um ponto de desequilíbrio o voto isolado desta bancada, mas porque, de facto, torna ainda mais democrática a apresentação deste tipo de matéria ao público que nos ouve e que está aqui e a todos os presentes nesta Assembleia e, portanto, reforço a ideia, concordo com o facto que nós possamos aqui fazer uma discussão deste assunto.»

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Entrando na discussão dos pontos e não da metodologia de funcionamento desta Assembleia Municipal, a opinião da Bancada do Partido Social Democrata relativamente a este ponto é a seguinte: Peniche precisa de ter um museu, Peniche já teve um museu, Peniche tem, por acordo com o Ministério da Cultura, um espaço de cerca de 1000 m² na Fortaleza eventualmente para um museu, Peniche tem vários sítios nesta cidade para a constituição de um museu. O imóvel que está em causa é um belo de imóvel, foi feito de raiz para um restaurante, a adaptação desse imóvel a museu vai ser onerosa e não está vertida na proposta qualquer tipo de vislumbre dos custos que isso pode acarretar, no nosso entender vai ser mais do que a aquisição, os museus têm regras próprias e têm necessidade de tecnologia que não existe naquele imóvel e que pode vir a acarretar um enorme peso para o erário do Município. Dizer que, na nossa opinião, em termos de localização aquele imóvel, contrariamente àquilo que são as opiniões de alguns, não é o melhor sítio para a sua constituição, é uma zona periférica, é uma zona integrada num espaço industrial, é uma zona que mereceria outro tipo de tratamento se, eventualmente, não tivesse ocorrido um grave erro urbanístico, de há muitas décadas, da constituição daquele espaço extraordinário que é a Marginal Norte e a costa norte da península como uma zona industrial, mas foi assim e é assim que está e é face a essa situação que nós entendemos que a localização não é a mais apropriada, mesmo que o edifício tivesse todas as condições que não tem ainda para poder ser um museu, não nos parece que fosse o mais indicado. Por outro lado, e isso vai ao encontro da proposta que o senhor Presidente da Mesa teceu aos grupos desta Assembleia de retirada do ponto, entendemos que uma decisão destas que é controversa, que certamente gerará opiniões muito diversas mesmo dentro dos diversos partidos, há quem concorde, há quem discorde, há quem não concorde de maneira nenhuma, há quem ache que as prioridades deste município deviam de ser outras, há de tudo, mas isso deve ser assumido por quem o vai executar e quem vai executar não é este executivo atual que está em fim de mandato, não é nestes quatro meses que irá fazer aquilo que durante sete anos e vários meses não fez e, naturalmente, que estar a empurrar para o próximo executivo, seja ele qual for, tenha a

constituição que tiver o executivo, tenha a constituição que tiver esta casa, deve competir ao próximo elenco municipal a decisão de constituir um museu seja onde for, como entender, até pode ser ali se assim entenderem, nós achamos que não é o melhor local nem as melhores instalações, não estão estudados de maneira nenhuma os investimentos que podem vir a acarretar a sua adaptação, porque se trata de uma adaptação, não é uma construção de raiz e, se calhar, pelo mesmo valor da aquisição e da adaptação se constrói um edifício de raiz onde se bem entender e como se bem entender, portanto, na nossa opinião, este ponto podia ter sido retirado e decidido mais tarde a não ser assim achamos que deve ser votado contra para permitir ao próximo executivo tomar a decisão que entender, mas se insistirem muito então temos ainda uma outra proposta, retirar o ponto seguinte, isto é, a concessão de um empréstimo, porque é que há de ser este executivo a gastar 2.000.000,00 euros num espaço que o próximo executivo pode não querer utilizar, parece-nos um bocado arriscado e um bocado quase que ofensivo para aquele que vem, dizer assim, é unanime, vamos adquirir porque é um bom negócio e do momento e é já, porque o próximo executivo vai executá-lo, sabemos lá, eu julgo que o próximo executivo saberá, mas nós não e, portanto, das duas uma, ou se retira ou nós votaremos contra e se, eventualmente, este ponto passar, no próximo que, garantidamente, iremos fazer todos os possíveis para o contrariar e negar a hipótese de se prever um empréstimo e aplicá-lo para a aquisição de um edifício que depois pode vir a não ter qualquer tipo de utilização.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Falta quase seis meses até o próximo executivo começar a trabalhar, ou seja, por esta lógica vamos estar meio ano parados, enquanto as outras autarquias vão executar e desenvolver os seus concelhos e as suas terras, deduzo, após estas afirmações, que vamos estar meio ano completamente parados. Mais grave, nós fomos eleitos não para três anos e meio, os mandatos são de quatro anos e eu falo por mim, eu sinto-me completamente capacitado e mandatado pela população para decidir, independentemente da opinião de quem é contra ou a favor, o senhor Deputado Francisco Salvador está no seu direito de emitir as suas opiniões, agora, nós temos de decidir e nós estamos com todas as capacidades para votar, mandatados pela população até setembro de 2025, nós não podemos estar neste impasse e em outros impasses durante seis meses, a população não espera, o mundo não para, nós temos de executar, temos de decidir, temos de fazer, não podemos ficar à espera seis meses até o próximo executivo entrar em funções. Quanto à qualidade, relativamente à decisão, todos os grupos municipais, como é óbvio, têm todo o direito de dizer que não é um bom negócio ou que é um excelente negócio, cada um pensa e é livre de dizer aquilo que bem entende.»

Bruno Cruz (PSD):

Disse o seguinte:

«A questão aqui é, quantos dos aqui presentes é que compraram casa sem sequer pensar em possíveis obras que pudessem ser feitas e que tipo de casa, onde estava localizada, longe ou perto do supermercado, longe ou perto de serviços, é isso que se está a ter em conta. Eu tenho uma família inteiramente ligada ao mar e antepassados, para mim faz todo o sentido que este museu seja feito, que fique claro, isto não é uma questão de estar contra é uma questão de tomar uma decisão inteligente, tendo em conta a localização que, como disse o senhor Deputado Francisco Salvador, é periférica, não tem ali comércio local que possa beneficiar dos visitantes daquela localização para o potencial museu, é isto que se está aqui a falar, não é estar contra por estar contra, não é seis meses que faltam que se vai fazer o projeto e construir o museu, isso é impossível, talvez na China fosse, aqui não, e é isto que tem de se ter em consideração, olhar à periferia e idealmente colocar o museu

numa arquitetura mais inserida ao nível da nossa história, mais para o centro histórico, onde quer que seja, mas ter em conta que o comércio local também possa beneficiar, porque ali, em termos de valor aquilo não vale, fora os custos que tem de acarretar que eu acredito também que será superior ao da aquisição.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«O que está aqui em causa só para recordar, falamos de museu, isso parece-me que é transversal a todas as bancadas, Peniche e as suas gentes e o concelho, obviamente que ninguém aqui mete em causa a existência ou não de um museu, o que estamos aqui a falar e a discutir é a aquisição de um imóvel, somente isso, depois a parte a ser instalado ou para vir a ser instalado, que é o que está aqui, já é outra matéria. Relativamente a isto e pegando um pouco naquilo que o senhor Deputado Francisco Salvador dizia, esta bancada propõe à mesa a retirada dos dois pontos e propõe a votação da retirada dos dois pontos.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Quando se apresenta uma proposta de aquisição de um imóvel, para uma Câmara Municipal, para uma Assembleia Municipal, isto é objeto de uma coisa que a lei determina que são avaliações obrigatórias, essa avaliação técnica tem de dizer se aquilo que está a ser proposto está ou não em conformidade, ou seja, se aquilo vale o que vale, não é uma coisa qualquer, nós estamos aqui a discutir uma coisa que foi objeto de uma avaliação que é rigorosamente obrigatória e que pelos vistos aponta que o valor corresponde àquilo que é a avaliação, mas além disto há aqui uma coisa que é lamentável, eu fiz parte de um executivo municipal onze anos e seis meses e quero-vos dizer que nós podíamos no final estar todos zangados uns com os outros, e o Presidente foi vereador da Câmara nessa época e o Vereador Ângelo marques também, nós discutíamos aquilo até ao "tutano", o que eu estou boquiaberto é que isto na Câmara não tenha sido discutido como deve de ser, porquê, o que é que os vereadores estão lá a fazer, o trabalho dos vereadores é um trabalho executivo, nós não, nós é um trabalho de avaliação política. Por exemplo, as opiniões que já foram dadas aqui pelos dois Deputados da Bancada do Partido Social Democrata que eu posso concordar mais ou menos, mas a opinião deles está correta é a opinião deles, não vejo mal nenhum, mas era esta a avaliação política que também deveria ter sido feita em sede de Câmara que não foi e nós hoje estamos aqui a ser confrontados com uma decisão que é de retirar uma coisa que a Câmara decidiu relativamente a este assunto, isso é que eu não posso concordar, portanto, eu considero que relativamente a esta matéria não há nenhuma razão objetiva para retirar os pontos, há uma razão objetiva para votarmos, essa sim, porque eu tenho consciência que os membros da Câmara, mal ou bem, foram pessoas responsáveis quando tomaram a decisão e quero-vos dizer que eu estive a ver esta tarde o resumo dessa reunião e não encontro um motivo para esta alteração substantiva que está aqui a ser colocada relativamente ao tema, não encontro, vejam as votações e depois de verem as votações vão perceber o que é que eu estou a dizer, o que é que aconteceu depois disto, é que isso é que é preciso, é aquilo que se chama transparência, portanto, nós precisamos de perceber isto. Se tem uma avaliação, se teve a votação que teve, então por que é que isto agora está assim na Assembleia Municipal, portanto, eu sobre este assunto quero dizer-lhe de uma forma muito clara que, relativamente aos pontos, cada um deve transmitir a opinião que transmite e nós só temos de respeitar as opiniões uns dos outros, mas deve haver votação em coerência, que é aquilo que se passou em sede de Câmara, se não houver votação isto significa que os membros da Câmara Municipal prestaram um mau serviço ao concelho e eu não queria partir desse princípio.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Onde é que diz que a Assembleia tem de seguir o que a Câmara delibera, são os mesmos grupos, são pessoas diferentes, sensibilidades diferentes, portanto, é isso que nós estamos aqui a falar, porque carga de água é que, lá porque o executivo tomou uma determinada deliberação que até pode ser revogada, agora a Assembleia, este conjunto de pessoas que possivelmente no futuro serão outras pessoas, terá de ir a reboque dessa decisão. O que nós estamos aqui a discutir e a proposta do Partido Socialista é a retirada dos pontos 5 e 6, nada mais do que isto.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Da nossa parte nós consideramos, como é obvio, que devemos colocar a votação hoje, independentemente das opiniões que cada grupo municipal tem relativamente ao imóvel, não tem mal nenhum acharem que é um mau negócio, como outras pessoas podem achar que é bom negócio, tudo certo, é a democracia a funcionar, agora, temos de assumir e temos de votar, porque estamos na nossa plenitude de funções, nós fomos mandatados para decidir, independentemente da qualidade da decisão.»

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Em total coerência com aquilo que foram as decisões tomadas pelos Vereadores do Partido Social Democrata, esta bancada irá votar contra, fica aqui já claro e a nossa decisão é essa, se for a votos votamos contra, se for retirado nem precisamos de votar.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Sobre uma matéria destas e, se fosse na minha área de influência imagine como é que eu reagia, face à questão que está a ser colocada pelo Partido Social Democrata e pelo Partido Socialista eu gostava de perceber a opinião da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, porque é na sua freguesia.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«A minha opinião, e se o senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei tivesse ido ver o museu tal como foi convocado teria visto aquilo que eu vi. Quando chegámos lá a primeira coisa que vimos foi um sem abrigo sentado, portanto, numa terra que há fome, que há miséria, não se pensa noutras coisas, primeiro ponto.

Segundo, sou a favor do Museu do Mar, não naquele local, o meu avô morreu no mar, os meus dois avôs eram pescadores, portanto, todos nós estamos ligados ao mar, quer seja com atadeiras, quer seja com armadores, eu sou neta de pescadores, mas não naquele local, não é ao lado de uma fábrica que vai ficar um museu, estacionamento, infraestruturas para receber autocarros não existe. Está pé da Ponta do Trovão, sim, mas não é um motivo plausível para comprar aquele edifício, para mim um edifício Museu do Mar terá de ser mais central, porque senão corremos o risco daquilo que foi feito há muitos anos atrás, as capelinhas, é o museusinho das rendas, é outro museusinho, e andamos nisto, tal como os edifícios da Câmara, andamos com as capelinhas da Ação Social, o edifício Vasco da Gama, inclusive outros serviços agora vão para a cooperativa e andamos nas capelinhas, portanto, essa é a minha opinião, mas o senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei devia ter ido lá e via o que eu vi.»

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Relativamente a esta questão da retirada, nós estamos tão à vontade que eu até já disse qual é o nosso sentido de voto e, portanto, estamos muito à vontade, eu acho que este devia de ser um assunto que devia ser consensualizado, não me parece que seja o mais inteligente estarmos a fazer uma votação que já sabemos qual é o resultado da retirada e, portanto, nós nesse capítulo julgo que devíamos ter um tempinho, três minutos, para a Bancada do Partido Social Democrata falar com a Bancada do Partido Socialista.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«Na prática, eu tive o cuidado de escutar todos atentamente, precisamente porque este assunto parece-me que seja consensual a vontade de criarmos um museu que irá honrar e, obviamente, preservar a memória viva da nossa terra que sempre foi uma terra ligada ao mar e aos pescadores, no entanto, a única coisa que eu queria fazer aqui notar é que de facto e no seguimento até do que disse a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, estamos a discutir o contratualizar uma verba muito importante que nós poderíamos, no meu entender, sem desprimor de oportunidades e ensejo de poder-se fazer ou não em momento oportuno um museu de Peniche e dos pescadores, que eu acho que tem de ser feito evidentemente e sem retirar nenhum valor a qualquer uma das intervenções que foram feitas aqui pela Bancada do Partido Social Democrata, pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, pela Bancada do Partido Socialista e pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, eu continuo a insistir na ideia de que temos tanta coisa de tanta importância imediata e urgente para fazer e podermos investir os esforços financeiros da nossa Câmara Municipal e dos nossos municípios, que estariam lamentavelmente e com alguns desprazer meu obviamente, também a minha família sempre esteve ligada ao mar, sou filho de Peniche, temos tantas coisas a quem dedicar o nosso compromisso e o nosso empenho financeiro que fico um bocadinho desarmado de argumentos. Na prática, já se falaram, inclusivamente hoje aqui ao longo desta Assembleia, de temas que eu inclusivamente trouxe desde o início aqui que se prendem com o facto de que nós tenhamos de começar a focar os nossos municípios na criação de iniciativas geradoras de riqueza e de retorno financeiro para o próprio município, capazes de envolver o próprio tecido empresarial e o tecido privado de todos os municípios que aqui habitam e nos concelhos limítrofes, criarmos uma nova economia, toda uma série de mecanismos e coisas que levem a que os municípios sejam sempre, cada vez mais, criadores de riqueza que eles mesmos têm de gerir. Nós sabemos que é este o sentido da política nacional e talvez sejam diretrizes que vêm de uma Europa centralizada e nós continuamos obviamente sempre a fazer os raciocínios ao longo das Assembleias, e nesta de hoje também o fizemos, que se fazem desde há muitos anos, não vou quantificar, de que nós vamos sempre gerir os nossos défices e as nossas entradas financeiras a partir de um órgão central está a sacudir a água do capote e a delegar em nós aquilo que são os compromissos e as obrigações para com as nossas populações e, portanto, posso adiantar o meu sentido de voto sobre isto, se tivermos de votar a realização de um museu do pescador, do mar, da alma de Peniche eu iria sempre votá-lo a favor nas circunstâncias de que seja realmente uma oportunidade, que seja de facto um momento para colher e que se faça. Iria realmente dizer que talvez não fosse o local ideal, não faço ideia dos valores exatos e precisos, no entanto, a minha vontade seria a de dizer sim, no entanto, também volto a repetir, o meu voto será, neste caso, uma abstenção, porque eu entendo que não temos o direito de estar a penhorar as decisões futuras, a nossa bancada não esteve nas reuniões de Câmara, portanto, sinto-me no direito de poder dizer isto, de um executivo que vai-se confrontar com realidades que vão se apresentar ao

Município de Peniche em concreto que são muito desafiadoras e nós temos de nos focar em outras coisas já no imediato.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Antes da reunião do bloco central queria dizer que tenho muito orgulho de ter escrito aquela proposta que se chamava Rede Museológica do Concelho que tem o Museu da Renda de Bilros de Peniche, tem o Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia, tem o Museu D. Pedro da Serra d'El-Rei e não esquecer a importância que foi dada à Fortaleza de Peniche que recebeu num ano 120.000 pessoas, portanto, é qualquer coisa de extraordinário ter sido responsável por se escrever esse documento que não fui eu que o fiz, mas fui eu que o escrevi e mandei para sede de Câmara.

Queria também dizer à senhora Presidente de Junta de Freguesia de Peniche que o facto de existir uma pessoa infelizmente nessas condições naquele espaço, eu digo infelizmente, porque nós queremos uma sociedade diferente, mas infelizmente as assimetrias dos Trumps e companhias levam a isto, nós temos de pensar muito nessas pessoas, mas nós estamos num patamar de discussão diferente, não vamos voltar para outra coisa. O Museu da Pesca, em Portimão, não fica no centro da cidade, estive lá há uns dias a visitá-lo, lindíssimo, com um auditório também extraordinário, mas acima de tudo com uma exposição que nós precisamos de ter aqui, portanto, é uma brecha na tal proposta da rede museológica que não tinha essa componente, mas que faz muita falta. Eu, obviamente, tinha de fazer esta pergunta, porque se eu fosse Presidente da Junta de Freguesia de Peniche eu não abraçava o projeto com um braço, era com os dois, temos opiniões diferentes, mas isso não tem problema, como eu disse há pouco, cada um é livre de ter a sua opinião e eu vou dizer porquê. A adaptação de um espaço é aquela que terá de ser sujeita a um projeto, só depois de se fazer o projeto do espaço é que sabemos os custos disso, há aqui uma questão que eu acho que é consensual, essa sim é consensual, é que o museu faz falta em Peniche.

A segunda questão é se é naquele imóvel ou não e se para isso é necessário recorrer então ao empréstimo de 2.100.000,00 euros que todos sabemos que é pago na totalidade pelo Município, mas estamos a brincar com isto, então, mas em que mandato é que não houve compra de património nesta Câmara Municipal, expliquem, em todos os mandatos houve, a aquisição de património deve ser um objetivo de qualquer autarca, eu falo por mim, nestes quatro anos comprámos dois terrenos, não comprámos mais porque não tínhamos mais dinheiro e também vendemos, portanto, o património é para ser gerido desta forma, compra-se quando é necessário, vende-se quando a situação económica da Câmara Municipal, por exemplo, obrigada a isso, portanto, se o imóvel está à venda até pode não ser para aquilo, mas é preciso verificar se nós podemos ou não, ou queremos ou não, o problema aqui é que nós estamos a discutir isto num patamar que não devíamos discutir, é que se na Câmara houve consenso relativamente ao museu, porque é que há esta distorção aqui da discussão na Assembleia, isso é que eu não consigo perceber. Atenção, nós temos de ser sérios, a Câmara Municipal é composta por sete pessoas, se isto está aqui é porque teve a maioria a votar a favor, não podemos dizer o contrário sob pena de estarmos a por em causa a responsabilidade dos membros da Câmara, eu não quero fazer isso, se a decisão foi errada aquilo que devia ter sido feito logo a seguir era voltar com o tema para ser discutido antes de enviar para Assembleia, isso é que era correto, agora, eu parto do princípio que todos os membros da Câmara decidiram com responsabilidade e não tinham nenhuma arma apontada à cabeça para ter outro tipo de votação, isto não é propriamente o Afeganistão, isto é Portugal, nós não temos esse problema, agora isto são questões concretas. Retirar os pontos acho que seria muito mau, acho que era desresponsabilizar, acho que era passar uma rasteira aos membros da Câmara, eu acho que não devemos fazer isso, eu acho que devemos ir para a votação ponto a ponto e cada um vota em função daquilo que é a sua

opinião e respeita-se, a votação da maioria só temos de respeitar.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Quero desejar ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei que tenha muita saúde, muitos anos de vida e muito tempo de autarca para voltar a escrever a proposta que escreveu quando era Vice-Presidente, porque se esqueceu da Freguesia de Ferrel nesses museus todos que delineou.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Relativamente a Ferrel não nos esquecemos de nada, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, até era secretário da Junta de Freguesia do seu Presidente e sabe perfeitamente que não avançámos para uma solução que se chegou a falar que era na escola do 1.º ciclo para um Museu Etnográfico, nunca esquecemos de Ferrel, aliás aquele espaço onde é a festa de Ferrel foi adquirido pela Câmara Municipal presidida pela Coligação Democrata Unitária, 480.000,00 euros e pagos com um valorzinho bom que deu a comissão de festas, mas como vê não esquecemos nunca de Ferrel.»

Susana Esperança (GCEPP):

Disse o seguinte:

«A minha intervenção vem no sentido de querer ver esclarecida a necessidade de as duas bancadas, Partido Socialista e Partido Social Democrata, se reunirem, mas assumindo que estamos já há algum tempo a discutir isto e assumindo que já houve reunião de líderes de bancada, já houve discussão, já houve bancadas que mencionaram o sentido de voto, que não tinham de o fazer e já o fizeram, já há intenções, pessoas que expressaram a sua opinião relativamente à posição, localização, expressaram a opinião relativamente àquilo que era o local do museu e inclusivamente propostas alternativas, tudo isso foi falado. A minha pergunta é, isto é para esclarecer as pessoas que estão lá em casa, até por que isto é política, o que é de diferente quando estas duas bancadas se vão reunir e as outras não estão presentes, porque eu não estou a conseguir entender, preciso para tranquilidade da Assembleia, estou extremamente incomodada com este pedido. Normalmente numa Assembleia eu sou muito calada, mas sou muito observadora e até tenho alguns conhecimentos sobre aquilo que se esteve aqui a debater e até conseguia contrapor algumas coisas que foram aqui ditas que eu às vezes em poupança da população e de quem nos está a ouvir me limito um pouco, porque foram ditas coisas relativamente à parte geológica, parte de educação que eu só quando senti mesmo que estavam a entrar por caminhos é que intervim, no entanto, relativamente a este ponto, além de não concordar com a retirada destes dois pontos e de já se ter expressado isto, não consigo entender e gostaria que me fosse, a mim e a esta Assembleia, esclarecido o porquê deste pedido, da mesma forma que há pouco o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, e muito bem, também perguntou o sentido do encontro dos líderes de bancada.»

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«A senhora Deputada Susana Esperança tem toda a razão, peço imensa desculpa, o que eu devia ter pedido era um intervalo de cinco minutos e íamos lá fora tomar um cafezinho e eu conversava com a Bancada do Partido Socialista, mas prescindo dessa oportunidade.

O nosso sentido de voto relativamente à proposta do Partido Socialista vai ser contra e,

portanto, acho que vamos a votos e cada um que diga o que entender.

Aquilo que eu tinha para dizer era para contra uma anedota, certamente, ao Partido Socialista, mas também para lhes dizer que era esse o nosso sentido e se calhar talvez fosse bom ter retirado.»

Susana Esperança (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Nunca me dirigi a uma pessoa nesta Assembleia, nunca, com ironia, falta de educação ou algum tipo de expressão de arrogância, inclusivamente tenho assistido a situações que me têm incomodado exatamente vindo daí e não tenho comentado, portanto, não admito ao senhor Deputado Francisco Salvador nem a qualquer elemento desta Assembleia que responda a uma intervenção minha que foi no sentido de esclarecer a população isenta de qualquer sentido político que mencione, inclusivamente, todos os elementos aqui se levantam, a expressão do tomar o café não cabe absolutamente em nada, não participei em cafés nenhuns se essa piada foi para mim, tomo café com quem entender e aqui quando me levanto é para ir à casa de banho, se o senhor não se levanta não é por isso que não faz compadrios, porque os faz sentado.»

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Não procurei ofender a senhora Deputada Susana Esperança, eu dei-lhe razão, retirei aquilo que tinha pedido, não sei o que é que eu preciso de fazer mais.

Volto a dizer, peço imensa desculpa, não foi minha intenção ofender ninguém, o sentido da conversa que pretendia ter com a Bancada do Partido Socialista era no sentido da retirada desta proposta de não irmos a votos e, portanto, fica tudo esclarecido, não tem importância nenhuma, para a próxima vez a forma de o fazer é pedir um intervalo de cinco minutos, porque é aquilo que se faz habitualmente nas Assembleias, inclusive na Assembleia da República.

Senhor Presidente da Mesa, nós estamos disponíveis para votar.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Se o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, fosse Presidente da Junta de Freguesia de Peniche abraçavas o museu com dois braços e três pernas, eu se fosse dado melhor ainda, isso então abraçava com o corpo todo, se fosse dado, e claro que abraço o projeto de um Museu do Homem do mar e do Pescador dentro de Peniche, isso é ponto assente.

Quanto é que custa um submarino, imaginem 5.000.000,00 euros, mas hoje estão a vender por 1.000.000,00 euros, bora lá comprar, para que é que te serve?»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«O Partido Socialista irá propor a votação dos pontos.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Quem trabalha comigo sabe que eu estava preparado para que isto fosse rejeitado, não há surpresa em relação a isso, aliás, quando eu digo que Peniche tem um atraso de 30 anos tem a ver com este tipo de decisões e outras. Quando dizem que o Presidente, Henrique Bertino, não tem visão e que está velho, eu acho é que outros estão velhos quando são novos e outros velhos são mesmo velhos e outros têm a felicidade de conseguir ter a preocupação de procurar criar condições

para que se concretizem projetos que infelizmente não se concretizaram. Eu ouvi nos meus dois mandatos que tive a felicidade de presidir, se bem que gostei de fazer mais outras coisas na vida, que os novos Paços do Concelho não é prioridade, eu ouvi que um projeto que tinha como objetivo final retirar os armazéns municipais da logística de onde estão, que são 14.000 metros, que eu era especulador imobiliário, eu vi nesta Assembleia chumbar a aquisição de armazéns por 600.000,00 euros que eu mostro a toda a gente que era um ótimo negócio para a Câmara, eu tenho isto tudo escrito, isto vai ficar tudo publicado e não me façam falar a verdade de muita coisa, é que se me picarem e se instrumentalizarem mais pessoas sobre aquilo que querem responder-me indiretamente não tenho qualquer problema em relação a isso, porque eu sei muita coisa.

Entristece-me isto, primeiro, não é verdade que a Câmara tenha 1.000 metros dentro da Fortaleza para fazer museu, nem metade, nunca teve, isso nunca esteve escrito em lado nenhum, o espaço que lá está tem um estudo que nós contratámos para isso, portanto, isso é mais que evidente.

Em relação a gastar bem o dinheiro, quem me conhece de perto sabe bem isso, agora e no passado, eu sou considerado forreta da minha vida, há muitas pessoas que não são. Eu se entrasse hoje na Câmara e desafio o Presidente de Câmara que entrar, no futuro, que faça uma auditoria, eu estou arrependido, provavelmente não o fiz para não ser entendido que estava a perseguir alguém, até por que vinha do grupo da Coligação Democrata Unitária anteriormente e não era esse o objetivo, mas na verdade entendo hoje que as autarquias todas deviam ser auditadas regularmente, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, até para perceber que o argumento de gastar bem o dinheiro não é sério. Nós estivemos aqui a falar hoje num documento que é técnico, que é técnico e que é técnico e as contas do ano passado não eram técnicas, eram acima de tudo políticas, eu acho que tem as duas vertentes. Nós tivemos a felicidade de ter beneficiado de algumas medidas financeiras do ano passado, temos argumentos para utilizar, se quisermos, para apresentar um conjunto de despesas que foram feitas, só refiro uma, a brutalidade de investimento que tivemos de fazer no Centro Cívico Intergeracional, para além da candidatura, mas há mais, nós fizemos em termos de investimento, nestes sete anos, seguramente, capitais próprios de aquisição de património provavelmente dois milhões, o edifício da cooperativa tem mais 200.000,00 euros, é verdade, é uma opção, alguém disse que era uma má opção e eu expliquei-lhe, posso comprar pelo valor que a Câmara comprou e só num piso rentabilizo aquilo, o terreno que infelizmente não conseguimos avançar, ainda, mas que fica para o desenvolvimento, se quiserem, da Estratégia Local de Habitação, junto às Piscinas, por 200.000,00 euros, pode ser exagero, mas eu sei que aquilo foi um bom negócio, há um conjunto de investimentos que nós não deixámos de fazer porque não tínhamos empréstimos, não, tínhamos alguma folga financeira que iramos gerindo, houve muito investimento. Em termos de futuro, a volta que tem de se dar em termos financeiros, porque tem de se reduzir as despesas, e nós fizemos alguns cortes, temos de aumentar significativamente as receitas, é interessante que praticamente ninguém valorizou o valor de receita da Taxa Turística que, e já o afirmei, se bem gerida, bem trabalhada e levada com rigor tem todas as condições que nos próximos anos possa resultar em um milhão de euros. Aquela questão que se fala do parque de campismo, o parque de campismo estava miserável quando nós entrámos, o Chefe de Divisão, Ricardo Graça, fez um esforço excelente, fizemos lá grandes investimentos só que aquilo, no mínimo, precisava de 4.000.000,00 euros e não havia, se nós fossemos viabilizar aquilo eram seis ou sete milhões e aquilo eram quintinhas, havia dezenas de pessoas que tinham os seus lotes e os penicheiros a pagar por valores residuais. O parque de campismo vais ser, e vão-me reconhecer, o melhor negócio que a Câmara tem até este momento até este momento, se não houver coragem para avançar com o hotel ou outro bom negócio no Porto da Areia Sul, e vai ser porquê? Porque a receita direta é muito interessante, poupou-se muita despesa, mas depois há outro valor que vai ser considerado. Para já, vai ser um parque de campismo de alta qualidade, ainda hoje estivemos reunidos com a empresa e espero que eles o concretizem, é um pedido meu que acelerem com aquilo,

porque eu é que pus a cabeça, se correr bem somos todos uns iluminados, se correr mal é o Bertino, agora, tem outra receita, os utentes do parque de campismo vão pagar Taxa Turística, já imaginam que se forem 3000 pessoas por dia quanto é que vão pagar de Taxa Turística, a diferença vai-se fazer aí, mas impediram de fazer os investimentos estruturais que este concelho precisava e depois dizem "aquele gajo é que não presta para nada", "é um incompetente", então e as medidas estruturais que nós pedimos e forma chumbadas, eu não tenho o direito de falar nisso, se não entenderam que eram medidas estruturais paciência, e esta é que é a diferença, é que há autarcas e autarcas e eu não me reconheço, sinceramente tenho pena, lamento que nós tenhamos um conjunto de autarcas que têm estado a decidir o futuro deste concelho e ficamos incluídos, mas depois os outros todos fazem, pois fazem, têm maiorias. Se eu tivesse maioria comigo e com pessoas parecidas comigo, porque alguns não são ou não foram, logicamente que o futuro deste concelho, estes oito anos, tinha sido muito diferente e essa é uma diferença. Desejo sinceramente, seja quem for, que eu goste mais ou goste menos, que tenha a maioria absoluta para não ter desculpas, mas que não venha gastar o dinheiro todo que agora está equilibrado, que tenha preocupação com o futuro. Quando eu falo dos trabalhadores da Câmara, infelizmente cometem-se muitas injustiças em relação à avaliação dos trabalhadores da Câmara, pagam todos, agora que é preciso tomar medidas, é, que é preciso ter proximidade, é, que é preciso um vereador praticamente para cada setor, é, para se procurar mudar as coisas, mas isso não é problema da Câmara como alguém já disse, é o problema da Câmara, das empresas e de todo o lado, logicamente que se as coisas estiverem tranquilas é muito mais fácil de prosseguir com os objetivos, de maior tranquilidade, de maior produtividade e de cumprimento. Ontem, em reunião de Câmara, eu partilhei que há um conjunto de situações que foram comigo, com trabalhadores da Câmara e não foram só técnicos superiores, e se eu tivesse maioria absoluta era um processo de inquérito a seguir e depois um processo disciplinar, tinha razões para isso, mas vou fazer isso para quê, em situações destas, agora, são todos iguais, não. Dentro da Câmara todos sabem quem é que eu valorizo e quem é que eu não valorizo, não persegui ninguém, houve situações de muita coragem que eu tomei com determinados objetivos, não há nenhum Chefe de Divisão que fosse escolhido pelo Henrique Bertino, por exemplo, todos júris externos, a maior parte deles nem os conhecia, para quê, à procura de resultados melhores, mas somos todos culpados, eu acho-me um bocadinho menos culpado, porque participei num executivo municipal e demonstrei que tinha algumas diferenças em relação a muita gente que está aqui e que passou por esta Câmara e por esta Assembleia Municipal e aí estou muito feliz, porque sei o que é que aconteceu e há pessoas que também sabem e hoje não o reconhecem, infelizmente, eu tive o azar, e Peniche também, que, em relação ao mandato passado, as coisas tivessem começado como começaram ao contrário do que estava previsto, que um dos candidatos que perdeu as eleições que, na altura, disse que ia embora e depois amarrou o burro, depois era só um ano e ficou cá quatro anos a destabilizar com outros, eu tenho o direito a defender isto. Eu quero lá saber, neste momento, se vocês querem comprar o edifício ou não, eu acho que é uma oportunidade que não é para mim, é para a minha terra e deve ser a vossa terra, é um bom projeto para quem vier. Eu já disse que depois não venho inaugurar mesmo coisas que estão a correr, não venho, e por várias razões, mas se não se adquirir aquilo e se estiver há espera de outras hipóteses que ainda nem sequer estão trabalhadas e vão levar muito mais tempo, aquele é, na minha opinião, primeiro, transmitir à CCDR e procurar outras fontes de financiamento, até o próprio edifício pode ser, em determinado momento, até 2030 ou 2031, financiado, depois é agarrar num bom projeto, numa boa equipa, constituir um bom projeto e um bom programa para depois apresentar uma segunda candidatura, aquilo podem ser duas candidaturas, não querem, lamento.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Uma vez que se vai colocar a votação este assunto que volto a lembrar, é a aquisição de um imóvel, é o que está em cima da mesa, não poderia deixar de dar duas ou três notas em relação a este processo.

Primeira nota tem que ver com uma informação que aqui está onde diz, e o senhor Presidente já disse, que: considerando que não existe financiamento definido nem sabemos se vai existir financiamento, deve-se avançar para a aquisição do imóvel através de empréstimo bancário. A seguir diz: a contratação do empréstimo para aquisição de imóvel sito na Marginal Norte com o objetivo de vir a ser instalado o Museu do Mar está previsto no orçamento, não está, no orçamento está prevista uma verba para um museu municipal para aquisição sem recurso a empréstimo. Por outro lado, noutra informação, também assinada e presente, a dada altura diz o seguinte: “o imóvel é propriedade da Caixa de Crédito Agrícola Mútua do Bombarral, a Caixa de Crédito apresentou a avaliação do edifício e os respetivos valores de venda.» Quem vende apresenta a avaliação do edifício, portanto, eu não poderia deixar de referir isto, que acho estranho, deveria haver uma avaliação pedida pela Câmara a, pelo menos, três entidades para que possamos pelo menos comparar preços.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Esclarecer que, relativamente ao orçamento está lá uma verba a definir e onde está a definir é para empréstimo ou recurso a outro tipo de financiamento.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Peço desculpa, mas nas notas que estão no final dos documentos diz o seguinte: EMP e depois à frente diz, com recurso a empréstimo, em nenhum sítio diz, ao contrário de outras rubricas e ao contrário de outras aquisições, com recurso a empréstimo, eu só constatei uma situação.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Relativamente às avaliações, existem duas avaliações, uma da Caixa de Crédito Agrícola e duas da Câmara Municipal, na realidade três.»

Deliberação n.º 31/2025: Após discussão e votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, **deliberou**, por maioria, com **onze (11) votos a favor**, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (6), pelos senhores Joaquim Farto, Presidente da Mesa, e Carlos Chagas, ambos eleitos pelo Partido Socialista (2) e pela Coligação Democrata Unitária (3), **uma (1) abstenção**, do membro eleito pelo Chega (1), e **treze (13) votos contra**, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (5) e pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (1), **rejeitar** a proposta da Câmara Municipal para a aquisição de um imóvel, sito na Marginal Norte, com o objetivo de vir a ser instalado o Museu do Mar de Peniche.

Carla Delgado (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Se possível, gostava que me referissem os nomes de quem votou contra.»

6) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA A AQUISIÇÃO DE IMÓVEL, SITO NA MARGINAL NORTE, COM O OBJETIVO DE VIR A SER INSTALADO O MUSEU DO MAR DE PENICHE:

Deliberação n.º 32/2025: Considerando a deliberação n.º 31/2025, de 30 de abril, tomada pela Assembleia Municipal, a proposta da Câmara Municipal para a contratação de empréstimo para a aquisição de imóvel, sito na Marginal Norte, com o objetivo de vir a ser instalado o Museu do Mar de Peniche, foi considerada sem efeito.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Só para registar, com bom senso, que não houve reunião do bloco central, e segundo para dizer que a Coligação Democrata Unitária não podia deixar de fazer outra coisa que é apresentar uma declaração de voto sobre isto.»

Carla Delgado (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Quero só registar que oi Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche também vai fazer uma declaração de voto.»

A Bancada da Coligação Democrata Unitária apresentou a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto:

Discussão e autorização prévia para a aquisição de imóvel, sito na Marginal Norte, com o objetivo de vir a ser instalado o Museu do Mar de Peniche, nos termos do n.º 2, do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação:

Ao abrigo do artigo 58.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, optámos por votar favoravelmente, mas apresentamos declaração de voto considerando que a mesma deveria ser objeto de mais reflexão nas suas várias dimensões, evitando uma decisão precipitada e que virá a onerar o futuro executivo.

Nesse sentido, com base na proposta apresentada e a sua discussão em sede de Assembleia Municipal, a bancada da CDU ponderou a sua posição de forma reflexiva e atenta, acabando por mostrar a sua concordância quanto à criação do designado Museu Municipal, uma necessidade urgente, desde há anos, para que não se degrade irremediavelmente o acervo do mesmo. Na sequência desta alínea e na alínea 6, a nossa posição seria de abstenção, dado que entendemos que uma decisão final sobre o espaço a utilizar ainda mereceria uma discussão mais prolongada e, ainda muito mais ponderada, uma renegociação que possa permitir uma diminuição de custos. Esta decisão de recorrer a um empréstimo iria condicionar a ação do próximo executivo num valor que pode ultrapassar os 3 milhões de euros.

Nesse sentido, e para que conste, relativamente à alínea em epígrafe votaremos a favor.»

A Bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche apresentou a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto:

Discussão e autorização prévia para a aquisição de imóvel, sito na Marginal Norte, com o objetivo de vir a ser instalado o Museu do Mar de Peniche, nos termos do n.º 2, do artigo 51.º da Lei 73/2013 de 03 de setembro, na sua atual redação:

O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (GCEPP) considera que a possibilidade de aquisição do imóvel na Marginal Norte, com o propósito de vir a instalar um futuro Museu municipal era uma oportunidade única para o concelho de Peniche. Uma oportunidade para a população ter um Museu que nos pudesse deixar orgulhosos, uma oportunidade que não deveríamos deixar passar, motivo pelo qual o GCEPP votou favoravelmente a “discussão e autorização prévia para a aquisição de imóvel, sito na Marginal Norte, com o objetivo de vir a ser instalado o Museu do Mar de Peniche.”

Seria, com toda a certeza, uma grande oportunidade para concretizar um objetivo anunciado, por quase todos os partidos, e que possibilitaria apresentarmos o vasto acervo museológico de Peniche numa localização privilegiada, bem como, expormos o espólio que faz parte da nossa história e que se encontra guardado em outros museus, entidades públicas e até, em casas particulares.

No primeiro mandato o comportamento dos vereadores da oposição, e de grande parte dos deputados da Assembleia Municipal foi de bloqueio, recorrente, sempre com o propósito maior de não deixar fazer ou não deixar que se concretizassem as propostas estruturantes.

Bloquearam o empréstimo de um milhão de euros para solucionar os problemas da rede viária, inviabilizaram o processo imprescindível para a reorganização de várias frentes da gestão municipal quando votaram contra o empréstimo de aquisição dos armazéns, no valor de 600 mil euros, reprovaram, logo em reunião de Câmara, a possibilidade de se construir um Pavilhão Multiusos, adiaram sistematicamente a situação do novo canil municipal, bloquearam sistematicamente a 1.ª fase da Zona Industrial de Vale do Grou.

Neste segundo mandato, a postura de travar, de bloquear de forma organizada as propostas estruturais para o progresso do nosso concelho manteve-se, e de forma descarada.

Descaradamente pedem a palavra nesta assembleia e acusam o atual executivo de ter “perdido a onda”, afirmam que o concelho tem “vindo a perder o ritmo” e de não se ter feito nada. Mas reprovam, entre muitas outras propostas, a proposta de criação de um Museu!

Defendem que “as pessoas também vivem sob o ponto de vista cultural”, mas bloqueiam a aquisição de um imóvel com vista à criação do Museu!

Sem pudor afirmam que “Peniche precisa de um Museu”, mas não aprovam a sua criação porque dizem que “deve competir ao próximo elenco municipal a decisão de constituir um museu, seja onde for, como entenderem, até pode ser ali se assim o entenderem!”

O GCEPP encara a aquisição do referido imóvel como uma oportunidade que devia estar inserida na estratégia do desenvolvimento do concelho, conforme defendido e aprovado em reunião de Câmara.

Consideramos, também, que a aquisição de bens imóveis por parte de entidades públicas, em muitas situações como a que debatemos, poderá ser inserida numa estratégia política de desenvolvimento, uma estratégia financeira para aumento do ativo líquido municipal, por outras palavras contribuir para o aumento do património municipal.

Conforme apresentado pela Vice-Presidente, as contas do Município apresentam um saldo positivo de 400 mil euros, o equivalente a uma recuperação de quase 1 milhão e 900 mil euros, comparativamente com o exercício e as contas do ano anterior, de 2023.

No primeiro mandato a capacidade de endividamento do Município rondava os 4 milhões e havia empréstimos para pagar na ordem dos 8 milhões de euros.

Como há muito não acontecia o Município está com uma capacidade de endividamento na ordem dos 16 milhões de euros e o montante de empréstimos a pagar ronda os 3 milhões de euros!

Mas para a oposição, nomeadamente para a maioria dos deputados da Assembleia Municipal é tudo um “não”!

Afirmam que “não podemos endividar” ou “hipotecar os vindouros” e é com este argumento que reprovam o progresso no concelho, progresso esse que, os próprios partidos com assento nesta Assembleia, reconhecem publicamente estar a prejudicar, por mera opção ou tática política!

Única e exclusivamente por opção política!!!

Até podem querer, mas a verdade é que não querem que seja o Presidente Henrique Bertino a concretizar! Assim, continuam a adiar propositadamente a recuperação e o desenvolvimento do concelho.

Este novo bloqueio para impedir a aquisição do edifício onde se podia vir a instalar um grande museu do concelho de Peniche é só mais um bloqueio. Um bloqueio de deputados municipais que acusam o Presidente de não ter visão, de não fazer nada, quando tudo o que se tem passado mostra que estamos perante sentimentos menores, para pessoas a quem o que importa é não deixar que aconteça!

Muito triste é esta terra que tem filhos assim!

Lamentamos pelos partidos, por serem constituídos ou representados por pessoas com evidentes sentimentos negativos, pessoas que se unem, essencialmente, para que não se faça e não aconteça!

Acima de tudo, lamentamos pelas pessoas e pela nossa terra quando deputados municipais de partidos políticos com representação na Assembleia Municipal afirmam que tudo farão para “contrariar e negar a hipótese de se prever um empréstimo e aplicá-lo para a aquisição de um edifício que depois pode vir ou não a ter qualquer tipo de utilização” unicamente porque se trata de uma proposta de um Grupo de Cidadãos e, mais concretamente, por ser uma proposta do Presidente Henrique Bertino.»

7) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA REABILITAÇÃO DAS MURALHAS DE PENICHE - FASE II:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 28 de março de 2025.

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Sem qualquer ironia, face à apresentação que foi feita pelo senhor Presidente da Câmara, eu pergunto se ele pretende retirar a proposta.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Primeira coisa, saudar os trabalhadores, porque já passa da meia noite, é o dia deles, dia da classe operária e dos trabalhadores e a malta do meu partido fica contente.

Segunda questão tem que ver com este tema. Eu percebi a intervenção do senhor Presidente da Câmara, tem a ver ainda com o ambiente dos dois pontos anteriores, mas obviamente

que temos de aprovar de facto esta proposta por tudo o que ela significa, acho que todos nós estamos de acordo que a zona murallhada tem de ser protegida, nós precisamos de ter segurança máxima na nossa cidade e esta é uma boa intervenção e só temos de aprovar a proposta que está aqui apresentada, mais, é uma obra que eu considero também estruturante.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Em relação a este assunto quero dar uma nota que tem que ver com uma informação que é dada pelo Gabinete de Apoio à Presidência e convém para todos termos a consciência do que estamos a votar. O senhor Presidente da Câmara solicita que a Divisão de Administração e Finanças (DAF) prepare a proposta para contratação de empréstimo até 400.000,00 euros para fazer face, unicamente, à despesa não financiada, tal como refere, com a indicação, e isto é sempre importante, de que o empréstimo só terá efeito caso a candidatura seja aprovada.»

Deliberação n.º 33/2025: Submetida a proposta (n.º 690/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (7), pela Coligação Democrática Unitária (4) e pelo Chega (1), autorizar a contratação de um empréstimo para Reabilitação das Murallas de Peniche – Fase 2, com a entidade bancária Caixa Geral de Depósitos, S.A., nas condições constantes da sua proposta, datada de 24 de fevereiro de 2025, de que se destacam: Montante do empréstimo: até 400.000,00€; Prazo: 20 anos; Taxa de juro: Euribor a 12 meses; Spread: 0,36%.

8) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, RELATIVOS À GERÊNCIA DE 2024:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Nós estamos a fazer um balanço de um documento do Município, não da Câmara Municipal e é nessa perspetiva que eu irei fazer a minha intervenção.

Relativamente às contas, são o que são, elas refletem a atividade da Câmara e naturalmente foram aqui apresentadas como deve de ser, cria também agradecer à senhora Vereadora Ana Rita Petinga a forma como fez a apresentação e dizer-lhe que eu reafirmo uma preocupação que já coloquei o ano passado, é que isto quando está a subir não custa nada, mas nós vamos ter um problema quando isto começar a descer, eu estou a dizer isto por causa do IMT e estou a dizer isto por causa dos outros impostos que estão muito associados, na prática, ao mercado. Sobre o IMT, o Município atingiu valores históricos, porque em 2017 nós saímos da Câmara com valores na ordem dos 700.000 euros de IMT, veja a diferença, ou seja, relativamente ao valor do

IMT ele cresceu de forma tão significativa que a senhora Vereadora Ana Rita Petinga teve o cuidado de dizer que aumentou 130% aproximadamente, portanto, chamo a vossa atenção que relativamente às receitas, se é verdade isto, não deixa de ser verdade que o mercado não é sempre igual e tem tendência de subida e descida muito acentuada.

Relativamente ainda às contas, há uma matéria que a senhora Vereadora Ana Rita Petinga se esforçou bastante que tem que ver com o efeito prático das transferências de competências e dos custos para o Município. É evidente que a senhora Vereadora Ana Rita Petinga fez bem o seu papel e informou-nos dos valores recebidos, mas para mim há uma questão que é fundamental e que era bom ficar claro aqui, é que o efeito rela daquilo que a Câmara gastou é muito superior àquilo que a Câmara recebeu da Administração Central, ou seja, as transferências de competência continuam a ser um peso para o orçamento do Município, isto não mudou, saiu o Partido Socialista entrou o Partido Social Democrata e ficou igual, mas no fundamental o Município está a perder dinheiro e não é o de Peniche, são os trezentos e oito.

Nós estamos a falar, não é só de contas, estamos a falar de atividade, estamos a falar da atividade institucional, estamos a falar da Saúde, estamos a falar da Proteção Civil, do planeamento, da iluminação pública e a primeira questão que me chama à atenção é para aquilo que aconteceu na segunda-feira e relativamente a esta situação, eu acho que em termos de Proteção Civil há coisas que têm de mudar e têm de melhorar, e não tem que ver só com o SIRESP – Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal, tem que ver também com a forma como nós trabalhamos isto localmente, porque não havia contacto com ninguém naquelas horas, nós temos de criar uma solução alternativa. Eu não sei se, relativamente às comunicações, não temos de criar uma solução alternativa a funcionar, obviamente, tendo como princípio os Bombeiros Voluntários e a associação que existe, mas depois essa ligação com as três freguesias fora da cidade, porque não há nenhuma ligação, isto foi um apagão e quando for um sismo, como é que fazemos, nós nem sequer queremos pensar que isso possa acontecer, mas pode e nós estamos em cima da placa.

Saúde, nós tivemos o ano 2024 em que, no essencial, mantiveram-se ou agravaram-se as situações relativamente à falta de médicos e enfermeiros neste concelho e trabalhadores na área da saúde e nós temos as extensões cada vez com menos médicos, isto está a obrigar as pessoas também a uma mudança radical, os ACES – Agrupamento de Centros de Saúde foi uma coisa que deve acabar rapidamente num Governo que tenha juízo, porque aquilo não serve para nada, aquilo serve só para gastar dinheiro, porque de facto se espremermos o que são os ACES não é nada, as pessoas têm uma consulta online com um médico que está no Porto, é isto que as pessoas hoje têm na extensões de saúde, é isto que nós queremos no Sistema Nacional de Saúde, portanto, esta questão da saúde, se estava mal no Governo anterior, neste não melhorou nada e no ano que passou nós não sentimos qualquer melhoria, pelo contrário, sentimos o agravamento da situação.

GNR, a Câmara fez o trabalho de casa, fez um protocolo, houve infraestruturas, elas se não estão prontas devem estar quase prontas, mas falta o resto, e a obra, passou mais um mandato que não foi feito, pior ainda, é que eu estive há dias numa reunião, por acaso até fui liderar uma delegação, e nessa reunião fiquei a saber que os fundos disponíveis para instalações das forças de segurança está a cerca de 50%, então se está a 50%, porque é que não há dinheiro para o quartel da GNR de Atouguia da Baleia, é porque agora a culpa é do Governo, se a Câmara fez as infraestruturas que nem era da sua responsabilidade, mas assumiu, fez, pagou, então e agora, quando é que se faz a obra vai ficar adiada por mais quantos anos mais quantos mandatos.

Iluminação pública, aqui esta é para a Câmara, durante algum tempo eu coloquei sistematicamente este problema dos Led's e das necessidades de melhorar a sua reparação, o que nós verificamos é que há muitas lâmpadas fundidas, não há capacidade de resposta para aquilo que acontece e nós enviamos para aqui os emails como devemos enviar, mas entre eu enviar um email

e a execução da reparação demora meses, basta ver os últimos emails que nós enviámos e são de facto meses, temos zonas que têm seis Led's avariados, ou seja, é um largo e isto não pode ser, portanto, nós temos de melhorar muito. Na altura, o senhor Presidente aqui assumiu que com a vinda do engenheiro desta área nós íamos melhorar, eu acho que houve uma altura que se sentiu essa melhoria, mas agora não estão a melhorar e era bom retificar isso.

Planeamento, quando se fala na melhoria, na eficácia do planeamento, há um projeto fotovoltaico para a zona das Cezaredas da Serra d'El-Rei que já deu entrada na Câmara há algum tempo. Aquilo que eu gostava de saber, porque eu fui ler o documento e não encontrei nada sobre este projeto, portanto, eu não sei qual é o ponto de situação do projeto, que exigências é que a Câmara colocou a quem apresentou o projeto, mas há uma coisa que eu sei, é que um projeto daqueles e Portugal precisa de muitos daqueles, para não termos tanta dependência dos espanhóis como se verificou nos últimos dias que não deu grande sumo positivo, mas queria acima de tudo saber qual é o ponto de situação, portanto, há um projeto que já foi aprovado e há este projeto que eu estou a falar para a zona das Cezaredas e gostava de ter essa informação.

Relativamente ao Tribunal de Contas, as contas já podiam ter sido enviadas para o Tribunal de Contas, o que o Tribunal de Contas quer é a ata da Assembleia.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Relativamente a esta matéria eu irei abordar três dimensões, conceitos, análise financeira e sentido de voto. De um modo geral e utilizando uma linguagem acessível a todos e a todas, a prestação de contas do Município é o processo pelo qual as autarquias, Câmaras e Juntas de Freguesia locais, apresentem informações financeiras, orçamentais e patrimoniais relativas à sua gestão durante um determinado período temporal, neste caso o ano 2024. Visa garantir a transparência, legalidade e boa gestão dos dinheiros públicos permitindo perceber a atividade realizada neste órgão autárquico, portanto, quem ache que isto é apenas um documento técnico não está devidamente familiarizado com a gestão pública e acima de tudo com as suas responsabilidades nesta matéria, neste caso o executivo na sua totalidade não sendo apenas, como é óbvio, uma molhada de papeis para assinar, é muito mais do que isso. Do lado técnico temos apenas dados contabilísticos e mapas financeiros, respeitando a legislação em vigor nesta matéria, apenas isso, essencialmente é político, porque traduz as opções políticas que foram tomadas durante o ano, onde se investiu, onde se poupou, que prioridades foram assumidas, sendo por isso um instrumento de avaliação política do executivo.

Em relação à análise financeira e em comparação com 2023, nas receitas verificamos um aumento da receita alicerçado no aumento da receita fiscal em cerca de 100.000 euros, vendas de bens e serviços a reboque, nomeadamente, do aumento do valor relativo aos resíduos sólidos e fundamentalmente nas transferências por parte da Administração Central, quer nas receitas correntes quer nas receitas de capital. Nas despesas, o aumento da despesa com o pessoal, mais 600.000 euros e a justificação não é e não pode ser só o aumento salarial fruto de acertos de carreiras ou atualização do Salário Mínimo Nacional, mas o aumento da massa salarial por recurso à entrada de recursos humanos. No início deste mandato tínhamos cerca de 10.000 euros, sendo que em 2020, eram cerca de 8.000 euros e agora são mais de 12.500 euros, um aumento de 500.000 euros anualmente. Aumento da aquisição de bens e serviços do lado da despesa corrente em cerca de um milhão e trezentos mil euros e, por outro lado, uma diminuição no lado da despesa de capital em cerca de 500.000 euros. Ao contrário das despesas correntes que incluem salários, consumíveis, etc., as aquisições no lado da despesa de capitais são fundamentais para o desenvolvimento económico local e para melhorar a qualidade dos serviços públicos. Esta rubrica é um dos indicadores que permite analisar o nível de investimento público do Município, neste caso, com

uma redução de 500.000 euros, por isso refiro isto, isto não é um documento técnicos, mas sim um documento político e de gestão de recursos. Para terem ideia de valores, neste mandato e em 2021, a aquisição de capital, leia-se investimento público, em sede de prestação de contas foi de 5.300.000 euros e agora 1.300.000 euros. Penso que já deu para entender o porquê do resultado líquido positivo desta natureza, são opções políticas e de gestão.

Em relação à OesteCIM, gostaria que fosse esclarecido o valor pago, referente a quê, porque recordo-me que em tempos o senhor Deputado Francisco Salvador tinha questionado algo relativo a quotas e queria perguntar se estamos a falar desses valores.

Ponto positivo, pagamento a fornecedores em dia, ou seja, o Município nada mais fez que cumprir a legislação, é uma obrigação legal, não pagar no prazo estabelecido é que é grave, da mesma forma que se paga a tempo e horas a trabalhadores e bancos, também aos fornecedores devia ser uma boa prática de gestão e a manter.

Relativamente à prestação de contas para o ano 2024, o meu voto será a abstenção, assente numa análise ponderada dos documentos apresentados, dos resultados financeiros e da estratégia de gestão evidenciada. Irei abster-me tendo em conta a redução de investimento municipal em bens de capital no ano em que as condições financeiras aparentavam permitir precisamente o contrário, investimento é essencial para o desenvolvimento sustentável do concelho, para a modernização dos serviços e para responder às necessidades reais da população, a sua constante diminuição ao longo do mandato demonstra dúvidas, quer ao nível das prioridades quer na visão estratégica para o futuro do Município.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em relação às questões que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei colocou, no essencial, entendo a colocação das questões, mas é por não ter estado na reunião anterior. Relativamente ao assunto que colocou sobre qual é o ponto de situação, o que posso dizer é que vamos informar quando solicitarmos a informação ao setor correspondente.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Relativamente à parte do investimento, concordo em pleno com o senhor Deputado Carlos Miguel Amaral, mas quero esclarecer uma questão que tem que ver com o ano 2020/2021 e o valor que refere que tem essencialmente a ver com a execução de fundos comunitários e, portanto, se há execução de fundos comunitários obviamente o capital aumenta e essas verbas têm a ver com isso. Eventualmente, no próximo ano e no seguinte, existindo execução de fundos comunitários esses valores irão, provavelmente, para os valores de 2021, isto tem a ver com a parte de fundos comunitários.

Relativamente às despesas com pessoal, nós não nos podemos esquecer que tem existido, felizmente, o aumento do Salário Mínimo Nacional e ainda bem que assim é, mas efetivamente, desde 2017, do início de mandato até agora, o aumento é de cerca de 300,00 euros, portanto, também temos de ter isto em consideração, e quando eu falo do Salário Mínimo Nacional também falo de todos os outros salários que também tiveram a sua atualização.

Mostrou uma grelha que reflete o mapa de pessoal, porque muito se tem dito sobre as despesas com o pessoal e parece-me que era importante ficarem com estes números. Em 2017, quando nós entrámos, o número de efetivos era de 371, em termos de trabalho temporário eram 78 pessoas que dava um total de 449 trabalhadores. Em 2021, no final do mandato, já com a transferência de competências da Educação, vieram 167 trabalhadores e em termos de efetivos tínhamos 601 trabalhadores e dá um total de 434, retirando a Educação. Em 2024, temos 597

trabalhadores, estes números estão no relatório de gestão, em termos de Educação 167 trabalhadores, em termos de saúde, 6 trabalhadores e em termos de transferência de competências da Ação Social 4 trabalhadores, dando 430 trabalhadores, retirando a Educação ao número de cima, o que dá uma redução de 19 trabalhadores, portanto, eu acho que estes números são importantes para quando referimos que há um aumento de despesas com o pessoal, quando eu refiro que há um aumento das despesas com o pessoal, mas que é um reflexo efetivo de todo o cenário nacional e dos aumentos que têm vindo do Estado e de diversos Governos, e efetivamente há uma redução e não um aumento de trabalhadores.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Eu acho que esta última nota sobre o mapa e pessoal é importante, mas não é menos importante reafirmar aquilo que eu disse na primeira intervenção, o aumento de trabalhadores não faz mal nenhum desde que seja acompanhado o respetivo envelope financeiro, se o envelope financeiro para estas áreas fosse o normal só sabíamos que tínhamos mais 170/180 trabalhadores e que recebíamos o valor correspondente a essas pessoas, o que aconteceu é que só na área da Educação, segundo números que foram aqui apresentados na Assembleia Municipal, nós estamos a falar só de 900.000 euros para aquelas coisas todas, isso é que não pode ser. Eu não estou a responsabilizar diretamente esta Câmara Municipal, até porque a negociação não foi feita entre a Câmara Municipal, foi feita entre a Associação Nacional de Municípios e os respetivos Ministérios que tinham os 22 ou 23 dossiers da descentralização, o problema é que isto acabou por retirar muito dinheiro às autarquias locais, nomeadamente às Câmaras Municipais e este é que é o nosso problema, portanto, quando a senhora Vereadora Ana Rita petinga nos dá esta diferença do número de trabalhadores, ela não deixa de ser significativa e passa a mais de seis centenas de trabalhadores, agora, o problema é que se a Câmara for ressarcida dos valores que investe nos trabalhadores, porque há um investimento, não havia problema nenhum e os membros da Assembleia Municipal aceitariam isso naturalmente e normalmente.»

Relativamente ao pessoal, é verdade, e os Presidente de Junta de Freguesia sabem isso melhor do que ninguém, que nos últimos cinco, seis anos, felizmente para os trabalhadores, o Salário Mínimo Nacional passou de 485,00 euros para o valor de, aproximadamente, 875,00 euros, os trabalhadores mereciam ganhar um salário mínimo de mais de 1.000,00 euros, mas é preciso ter consciência que isso tem impacto nas nossas contas e, por outro lado, quem fez estes aumentos não fez aquilo que devia fazer, porque com aumentos tão consideráveis aquilo que devia ser feito era dar as verbas respetivas aos Municípios e às Freguesias, porque são eles que pagam estes aumentos, porque os aumentos de 52, 56, 57 euros que aconteceram nós estamos todos de acordo o problema é que pagam sempre os mesmos orçamentos e quem tinha a responsabilidade desresponsabilizou-se e quando nós discutimos estes documentos concluímos, de facto, que isto não pode ser, não pode ser sempre a por mais competências e mais despesa para as autarquias locais, portanto, relativamente a isto também devemos falar.»

O senhor Presidente disse, e bem, que eu não estive na última reunião, mas a Freguesia da Serra d'El-Rei esteve representada, eu não estive, não foi porque não quisesse, é porque a Assembleia Municipal nos últimos quatro anos, nesta data do 25 de Abril, nunca reuniu à segunda-feira, reunia sempre à quarta-feira, à quinta-feira, e cada um tem o seu planeamento de reuniões, eu nem estava cá, mas tive o cuidado de ligar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal a dizer que não podia estar por essa razão, quero deixar bem claro que não participei nessa reunião, porque a reunião foi marcada para um dia que não está previsto no Regimento da Assembleia Municipal.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Em relação à OesteCIM, agradecia que o valor referido fosse um pouco mais esclarecido, ou seja, fosse explicado de onde vem os 400.000,00 euros e ao que se referem.

Em relação ao mapa de pessoa, volto à mesma, tirando mais, tirando menos, a massa salarial aumentou, portanto, foi pela entrada de recursos humanos e que isso não haja dúvidas. Para o ano, o orçamento são mais 120 pessoas, portanto, com certeza que para o ano a prestação de contas, quem aqui estiver e quem estiver neste órgão, irá refletir um aumento do lado da despesa, nomeadamente do pessoal.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Relativamente à OesteCIM, a quotização da OesteCIM de 2022 não foi processada pela própria OesteCIM e nós tivemos de pagar em 2024.»

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Relativamente a este ponto da prestação de contas da Câmara Municipal de Peniche tradicionalmente Partido Social Democrata tem-se absterido e tem-no feito tendo em vista a que as contas, tecnicamente, habitualmente são bem apresentadas, são corretas e, portanto, esse aspeto é relevante, quanto à avaliação da gestão são outros quinhentos.

Este ponto, neste dia, é exatamente igual àquilo que aconteceu no ano passado com uma diferença, é que temos vindo a perder ao longo dos anos a embalagem que outros municípios à nossa volta têm e não é preciso ir muito longe, já isto foi aqui dito centenas de vezes, basta ir a concelhos aqui bem perto, comparáveis ou percorrer o país todo, ir à procura de concelhos com a mesma dimensão, o mesmo número de população e ver as diferenças que existe entre Peniche e os outros concelhos e infelizmente nós não temos acompanhado o ritmo, nem que fosse a manter a distância aos outros, nós sistematicamente, ano após ano, temos vindo a perder a “carreira”, temos vindo a perder a onda, temos vindo a perder o ritmo, a verdade é esta, a avaliação nem é feita pelos deputados da bancada do Partido Social Democrata, a avaliação é feita pelas pessoas com quem nos cruzamos na rua e pode pecar, certamente pecará, por uma avaliação demasiadamente carregada, porque as pessoas no seu dia-a-dia vivem estas situações: é o lixo que não é descarregado ou não é recolhido, são as ervas que crescem, é o buraco da rua, são esses pormenores que afetam diretamente os nossos eleitores, aqueles a quem nós devemos a prestação de contas, mais do que a Câmara solicitar a prestação de contas aos deputados eleitos para este órgão, a Câmara tem que prestar contas à população que serve e infelizmente nós vemos que, pesa embora, se tenham feito, se calhar, obras de beneficiação importantes em termos de esgotos ou do abastecimento de água as pessoas na realidade vivem também sob o ponto de vista Cultural, daquilo que é feito ou se deixa de fazer, aquilo acontece na sua rua, no seu beco, porque é isso que as pessoas conhecem e é aí que as pessoas refletem aquilo que é o seu apreço pelo trabalho desenvolvido pela Câmara ou não e neste caso, infelizmente, parece-me que a apreciação popular é muito negativa.

Nós vamos, como tradicionalmente, abstermo-nos, mas abstermo-nos pelo aspeto técnico, porque até podíamos aprovar, porque de facto as contas estão bem apresentadas, não ponho em dúvida nem temos motivo nenhum para duvidar da seriedade de quem faz as contas, agora, na realidade aquilo que acontece é que o dinheiro que foi gasto se calhar foi mal orientado, talvez, sabe-se lá, porque se tivesse sido bem orientado, se calhar, a opinião da população era diferente, era mais tranquila, era menos crítica e nós sentimos que infelizmente as coisas são de tal maneira que leva aqueles que têm gerido esta Câmara a não se recandidatar, foi dito pelo senhor Presidente da

Câmara, há oito ou nove dias atrás, que se tivesse a garantia que teria a maioria se candidataria, mas se o seu trabalho tivesse sido bom efetivamente iria ter a maioria absoluta, como tantos outros Presidentes tiveram.

Concluo dizendo que nos vamos abster, mas a nossa avaliação ao trabalho desenvolvido por este Município é muito negativa.»

Bruno Cruz (PSD):

Disse o seguinte:

«Como já foi dito, a receita apresentada é uma obrigação do executivo. O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, levantou uma questão importante, eu acho estamos aqui a fiar muito nesta questão do IMT, por experiência pessoal, sinceramente, eu também não sei quanto vai durante esta questão da garantia jovem, porque isto também acabou por impulsionar muito este valor, este é um imposto que está sujeito a alterações de mercado e de taxas de juro, incluindo as do Banco Central Europeu e outras taxas de referência, isto para não falar da questão geopolítica que atualmente se vive que, de maneira muito fácil, pode fazer fazer alterar estas taxas.

Acho que com um Concelho deste calibre e com a potencialidade que tem, eu olhava para a margem disponível, por exemplo, e imaginaria com quantos por cento daquela margem conseguiria fazer duplicar aquele dinheiro e já fiz várias críticas, quer públicas, quer numa das minhas primeiras Assembleias, que não há uma noção básica do que é um retorno de investimento e se quer de investimento para além de impostos e impostosinhos e isto aqui é uma falta notória de competência.

Ponto dois, saúdo mais uma vez o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, por trazer a questão da gestão de crises como vivemos aqui e desde já também agradecer aos trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento pela resposta rápida na ativação dos depósitos de emergência, isto aqui é uma crítica que eu faço de modo construtiva, porque temos também aqui, mais uma vez, e volto a referir, de considerar o status com o atual, porque nós de deixar de pensar “está bem, estamos aqui em Peniche, mas a guerra não chega só a um local poeirento no Médio Oriente nem na Europa de Leste, muito facilmente se estende até ao concelho mais ínfimo, também não esquecer que a 100 km daqui temos o comando naval do flaque sul da NATO.

Uma sugestão a ter em conta com alguma cabecinha, com algum cérebro, seria importante, e esta questão da comunicação também aqui elevada pelo colega, não sei se já foi pensado, creio que possivelmente haja, a criação de um gabinete de gestão de crises, que incluísse o Presidente, os Presidentes de Junta de Freguesia, ISN, Autoridade Marítima, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, PSP, GNR, Proteção Civil e mais autoridades que fosse necessária a presença neste comité.

Relativamente, bem também elevado, é a questão da comunicação, ou seja, temos o SIRESP que tem as suas falhas, mas também nada impede de usar o nosso cérebro e criar um canal de comunicação de emergência concelhio para fazer face a estas crises e a elas dar uma resposta rápida, isto e também pensar em aumentar não só os depósitos de emergência de água potável, como também os depósitos de emergência de combustíveis que permitam o fornecimento de energia aos geradores.

Por fim, deixo também aqui a ideia de começar a pensar numa possível futura construção de uma central de dessalinização, porque o objetivo de guerras do futuro vai ser a disputa por água potável e neste sentido temos de começar a pensar nisso.»

Presidente da Mesa, Joaquim Ferto (PS):

Disse o seguinte:

«Agradeço aos senhores deputados que se debrucem apenas pelos pontos que estamos a discutir. Percebo que isto tudo tem que ver com o bom planeamento e com orçamentos, mas não se desviem muito.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Quero começar um pouco diferente, estamos em final de mandato, provavelmente só vai existir mais uma sessão da Assembleia Municipal em junho, em setembro já vai ser em plena época eleitoral e depende da data que o Presidente da República marcar as eleições.»

Relativamente à mesa, eu sei que o senhor Deputado Mário Mamede não é destas coisas, mas quero-te agradecer o trabalho que tiveste na mesa, juntamente com a senhora Deputada Inês Lourenço e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Farto, vieram sempre, ao longo do mandato, crescendo, isso foi visível, os meus parabéns aos três por isso, mas, sem dúvida alguma, destacar o senhor Deputado Mário Mamede. Lembro-me muito bem quando foi a tomada de posse dos órgãos autárquicos, após várias horas de negociação e várias rondas de eleição, ninguém queria assumir o papel de Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, corríamos o risco de sermos a única Assembleia Municipal do país sem a mesa da Assembleia Municipal constituída, o Pavilhão da D. Luís de Ataíde não estava cheio, mas estava bastante composto e lembro-me perfeitamente quando o senhor Deputado Mário Mamede disse sim ao nosso concelho, colocou os interesses do Município à frente dos interesses políticos, porque não tinha experiência autárquica, a população aplaudi-o e quero agradecer por isso, por essa atitude que teve e pela capacidade de trabalho que lhe reconheço.

Aproveito também para desejar as melhoras ao trabalhador do Município que acompanha as Assembleias Municipais, o Paulo Carvalho, desejar-lhe muita força e uma rápida recuperação.

Relativamente às contas, eu acho que este ano é um ano bom para fazermos um balanço sobre aquilo que são as contas da autarquia, porque os primeiros anos de mandato atravessámos situações difíceis como a Pandemia, à que lamentar as perdas de vida humana, isso sim é de lamentar, mas sem dúvida alguma também mexeu com a estrutura financeira das famílias, das empresas e com a estrutura financeira da Autarquia de Peniche, como se isso não bastasse, passado pouco tempo, devido à guerra que existe na Europa, os custos de contexto aumentaram, a inflação está na Europa, agora já está a atenuar-se, mas isso também mexe com a performance financeira do Município. Uma terceira variável também foi a descentralização de competências e este ano já começa a haver uma maior estabilização. Como eu tenho vindo a alertar e não me canso de dizer, não somos um país rico, isso depois tem a ver com uma discussão mais complexa e prioridade, não há dinheiro para tudo, mas o que é facto é que a descentralização de competências penalizou as contas de todas as autarquias ou quase todas do país, já falei várias vezes, o Tribunal de Contas aponta nesse sentido, quem quiser pesquisar sobre esse assunto é muito fácil procurar essa informação.

Relativamente e mais em concreto, impostos, foram mandatos muito profícuos na redução dos impostos municipais e ainda há pouco o senhor Deputado Bruno Cruz falou em impostos e impostosinhos, mas o que é facto é que baixámos o IMI de forma considerável, temos o IMI abaixo da média da região Oeste, estamos praticamente no limite mínimo do limite inferior possível por lei, queria lembrar também o senhor Deputado Bruno Cruz que o Partido Social Democrata não votou favoravelmente essa redução de IMI, absteve-se, portanto, impostos e impostosinhos, não sei o que quis dizer com isso, porque nós baixamos o IMI, como sabe, e o IRS pode ir entre 0 a 5%, neste momento a Câmara pratica uma taxa de 3%, ou seja, devolve 2% aos contribuintes, mesmo a Lourinhã, um concelho aqui ao lado, tem a mesma população que nós e não tem a exigência que

nós temos, do ponto de vista turístico, pressão turística e complexidade de uma cidade como Peniche relativamente à vila da Lourinhã, e ainda bem, mas o que é facto é que tem, por exemplo, um IMI mais alto que nós, tem uma taxa de IRS mais alta que nós e isso depois mexe com as estruturas financeiras da Câmara ou então a Nazaré que pratica taxa máxima de IMI ou taxa máxima de IRS.

Relativamente ao IMT, eu acho que depende da perspectiva, por um lado é bom nós termos esta receita, quer dizer que estamos a ser muito procurados, estamos a ser atrativos, estão a vir muitas pessoas para o nosso concelho, toda a gente quer vir para cá morar, e ainda bem, por outro lado é um aspeto negativo, no sentido em que os nossos jovens não conseguem acompanhar a subida do aumento do preço das casas e acabam por ter de ir viver para outros Municípios conta a sua vontade.

O IUC, é verdade que temos uma receita de 800.000,00 euros, é muito dinheiro, mas continuo a achar que não consegue fazer face às respostas atuais, porque as necessidades de asfaltamento são muitas, deixámos fugir uma grande oportunidade no mandato anterior em que tínhamos um plano muito bem definido em que 1.000.000,00 euros seria suficiente para fazer face às necessidades, errámos, deixámos o tempo passar e agora estamos a pagar muito caro e para as pessoas não pensarem que eu estou aqui numa perspectiva enviesada consultem, por exemplo, a Câmara Municipal de Óbidos que gastou por menos de um quilómetro de asfaltamento na Estrada do Báltico cerca de 175.000,00 euros, ou seja, estes 800.000,00 euros, para quem está a ouvir em casa, parece muito, mas estamos a falar, se calhar, de cinco ou seis quilómetros, mais IVA, ou seja, cinco ou seis quilómetros está longe de dar resposta às necessidades do nosso concelho, são más decisões que nós tomamos aqui e que depois a população paga muito caro, por essas más decisões que são tomadas nos órgãos autárquicos, aliás, eu falei nisso no Centro Cívico.

Já que estou a falar no Centro Cívico, aproveito para responder ao senhor Deputado Francisco Salvador que, a dada altura, dizia o que é que se fez pela Cultura, pois bem, fez o novo Centro Cívico, uma obra que estava completamente parada há perto de 20 anos e neste momento é uma obra que todos nós nos podemos orgulhar, foi uma grande conquista para a Cultura durante estes mandatos, esteve a obra parada cerca de 20 anos e passados 20 anos conseguimos felizmente finalizar, mas não quero estar aqui numa perspectiva do brilharete autárquico, porque as obras e tudo o que acontece deve-se ao esforço da nossa população, porque é através dos impostos, do trabalho dos nossos cidadãos que conseguimos obter estas conquistas.

Destacar aqui algumas situações que me parecem importantes, a dívida total do Município baixou 19% o que é muito bom, o prazo de pagamento a fornecedores também melhorou muito significativamente, o rácio do equilíbrio financeiro do Município está acima dos 100% o que significa que a Câmara consegue dar resposta aos compromissos assumidos.

Um dado também muito importante para informar a população, a autonomia financeira do Município de Peniche aumentou 4%, passou dos 65 para os 69% o que é muito, mas mesmo muito bom.

Olhando para o balanço, o passivo baixou cerca de 2.000.000,00 euros, o ativo aumentou cerca de 1.000.000,00 euros, ou seja, os capitais próprios aumentaram 3.000.000,00 euros o que é muito significativo, estamos a falar de cerca de 35.000.000,00 euros de capitais próprios.

Temos uma situação financeira completamente estável, equilibrada e depois os números são, de facto, aquilo que nós quisermos, ainda há pouco o senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, questionou que o IMT, e é verdade, pode não se manter alto durante muito anos, não sabemos quanto, e temos de encontrar outras fontes de receita e, de facto, foi aquilo que foi feito, por exemplo, com o parque de campismo, a Câmara recebe 750.000,00 euros por ano, foi uma fonte de receita significativa que mexe com as contas da Autarquia de Peniche e há que destacar, porque é um número muito significativo. E há outras fontes, a Taxa Turística este

ano, tivemos uma receita de 290.000,00 euros e eu creio, eu acredito que no futuro essa taxa aumente, tal como a taxa na Berlenga e melhorar concessões que podem ser melhoradas, portanto, estamos a falar de outras fontes de receita que nós podemos explorar.

As despesas de capital, eu estive a confirmar as despesas de capital de outras autarquias e, de facto, é um bocadinho na senda do que disse a senhora Vereadora Ana Rita Petinga, tem que ver com os fundos comunitários, nomeadamente no atraso do PRR, há vários Presidente de Câmara a queixarem-se disso e provavelmente vão aparecer, na altura de eleições ou pós-eleições, mas isso não depende propriamente de nós.

Fala-se que perdemos a embalagem do desenvolvimento, perdemos por vontade nossa, por más decisões aqui nos órgãos autárquicos, a zona industrial do Vale do Grou é um excelente exemplo em que foi provada a viabilidade económica, foi comprovada a viabilidade financeira, tudo factual, tudo público e a oposição decidiu não aprovar como sabemos. Ficam satisfeitos os outros concelhos, nós estamos a competir economicamente com concelhos vizinhos, e se nós não criamos esse ambiente económico favorável essas empresas fogem para outros concelhos.

Para terminar, gastos com o pessoal, temos um aumento de 4%, já foi explicado, devido à atualização de carreiras e ao aumento do salário mínimo e às vezes eu começo a acreditar que parece que querem pagar abaixo do salário mínimo, eu não sei, deve ser isso que querem, mas se eu fosse trabalhador do Município eu não me sentiria confortável se estivesse a ouvir a Assembleia Municipal, porque parece que querem fazer dos trabalhadores do Município o bote expiatório, tudo está errado, tudo o que acontece de mau nesta terra é por causa dos trabalhadores do Município, há bons e maus trabalhadores no Município, há, é verdade, como há no setor privado, é um bocadinho como a velha história, há boas e más pessoas, isso já é mais subjetivo e depende do critério de cada um, o trabalho é mais medível, é mais quantificável, a competência, é verdade, mas não podemos pensar que tudo o que acontece de errado é devido aos trabalhadores do Município, com estes gastos, mas já sabemos porque é que são, descentralização de competências, atualização de carreiras e aumento do salário mínimo. Nós temos um atraso significativo dos outros município e a questão não é os trabalhadores do Município, a questão é as más decisões que os autarcas tomam nos órgãos autárquicos do concelho de Peniche.»

Bruno Cruz (PSD):

Disse o seguinte:

«Quando se fala em imposto e impostosinhos, eu não acho mal que se baixem os impostos, antes pelo contrário, quem me dera a mim que eles estivessem ao nível mínimo, a questão aqui é que me parece que a ideia de investimento e de sucesso económico é a receita que vem dos impostos, não é isso, é a criação de parques de estacionamento a pagar, parques de autocaravanas, pensar em ideias que nos deem retorno em investimento, isto é a economia básica, temos de assumir riscos e dos riscos vem o retorno do investimento e aqui está a haver um foco enorme e esta economia do nosso concelho está de facto baseada naquilo que é a angariação de fundos pelo imposto e isso tem tudo para correr mal, porque, como já disse o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, os impostos estão altos para sempre, nomeadamente, nem os ganhos do IMT, nem outros que insistem em dizer que não estão associados ao mercado e não estão associados a nada, mas estão.»

Francisco Salvador (PSD):

Disse que:

«Quatro notas, a primeira é relativamente ao cumprimento da lei naquilo que diz respeito ao pagamento a fornecedores, cumpre-se a lei, tudo bem, não há habilidade nenhuma nisso.

Segundo ponto, relativamente também a uma coisa que aqui foi afirmada, sobre a conclusão do Centro Intergeracional, ótimo, foi bom, só que o importante não é só a construção, é a vida que aquilo pode ter, os espetáculos que se podem produzir, tudo aquilo que possa levar-se a efeito naquele bom espaço, oxalá que se caminhe mais profundamente nesse capítulo.

Relativamente ao parque de campismo, esse tal bom negócio de 750.000,00 euros, ora, nas minhas contas, em 4 anos, são 3.000.000,00 euros, este valor é mais do que um empréstimo de 1.000.000,00 euros para asfaltamento, se tivesse sido aplicado em asfaltamento se calhar não estávamos aqui com estes problemas todos, de qualquer forma, para além de 750.000,00 euros que a Câmara arrecada à que contar aquilo que os outros não arrecadam, isto é, o comércio local, os restaurantes, eram, eventualmente, três mil pessoas no mês de meados de julho a meados de agosto e essas três mil pessoas comem, consomem, compram coisas e deixaram de vir, portanto, é um negócio bom para a Câmara, é um negócio mau para os comerciantes locais.

Relativamente à culpa dos funcionários, os funcionários não têm culpa nenhuma, a gestão é dos autarcas, de facto como aqui foi dito, os erros que se cometem nos órgãos autárquicos, isso sem dúvida absolutamente nenhuma, embora tenhamos ouvido aqui e não foi há muito tempo, foi há nove dias, que há funcionários que não prestam para nada, que não funcionam e que na vontade de alguns seriam corridos dali para fora, só não são porque custam dinheiro.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Relativamente ao Centro Cívico, convém dizer duas coisas, primeira, o Centro Cívico parou a obra, porque a empresa entrou em insolvência, não foi culpa da Câmara, mas depois este executivo alterou o projeto e ao alterar o projeto a obra andou mais devagar, ela estar pronta é bom para todos e é isso que eu acho que temos de valorizar.

Vale do Grou, a Assembleia Municipal foi chamada para discutir o assunto em junho do ano passado e viemos cá todos e não é pela Assembleia Municipal que não há Vale do Grou.

Relativamente aos trabalhadores do Município, eu comecei a minha intervenção por saudar os trabalhadores e por dizer que eles mereciam ganhar mais, até disse que devia ser 1.000, 1.100 ou 1.200 euros, por mim é tudo à grande, desde que o Governo pague, porque esta coisa de aumentar e os outros que paguem não é justo, porque nós somos um organismo desconcentrado de Estado.»

Deliberação n.º 34/2025: Submetidos os documentos (n.º 794/2025) de Prestação de Contas do Município de Peniche, relativos à gerência de 2024, a votação nominal, de braço no ar, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, constatou-se o seguinte resultado:

Votos a favor: quinze (15) - dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (6), pelo Partido Socialista (6) e pela Coligação Democrata Unitária (3).

Abstenções: dez (10) - dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pelo Chega (1), pelo senhor Deputado Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos, eleito pelo Partido Socialista (1) e pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (1).

Votos contra: zero (0).

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Eu li, às 20:30 horas, que o Município de Óbidos fez uma informação a dizer que um troço do IP6 vai ser fechado no dia 02 de maio, eu partilhei, mas acho que na página do Município de Peniche deveria ser colocada essa informação também, porque as pessoas que vêm para Peniche ou as pessoas de Peniche que vão para fora precisam de ter essa informação, portanto, eu acho que era útil a Câmara Municipal registar esta sugestão, fazer um texto e promover na página do Município de Peniche.»

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 35/2025: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo zero horas e vinte minutos do dia 01 de maio, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na sessão ordinária de junho da Assembleia Municipal, realizada no dia 27 de junho de 2025, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)